

## O PROBLEMA NACIONAL DOS PAINÉIS

# QUEBROU-SE O TABU: FOI ENFIM MODIFICADA A LEGENDA NO POLÍPTICO DO MUSEU DE ARTE ANTIGA

por JOSÉ DE BRAGANÇA

**P**AUSA também é música.

Neste lapso de tempo em que me vi arredado dos leitores, colhendo provas evidentes da peregrinação por terras de Espanha e de França do nosso grande pintor, que probabilissimamente andou também largos anos pela Flandres e por Itália — o que ainda não pude verificar até onde é possível —, produziram-se algumas mudanças na atitude das instâncias oficiais ou oficializadas.

A primeira, foi a súbita mudança da tabela aposta aos painéis na Exposição Henriquina de Belém, no fim do ano passado. O «Diário Popular» deu, a seu tempo,

a novidade, documentando-a com uma fotografia, a acompanhar uma nota da Redacção, sob o título: *A caminho da Verdade*.

Fechada a exposição, regressaram os painéis ao seu

O leitor já sabe que, desde a Exposição dos Primitivos, em 1940, o director do Museu, sr. dr. João Couto, quis alterar cautamente esses dizeres, colocando pelo menos uma interrogação

### REFUTA-SE UMA NOVA HIPÓTESE CARECIDA DE TODO O FUNDAMENTO: SEREM OS PAINÉIS DA ÚLTIMA DÉCADA DO SÉCULO XV

museu, onde receberam de novo a antiga tabela, aquela mesma que datava do tempo de José de Figueiredo e que, portanto, rezava:

«Nuno Gonçalves, Aoração a S. Vicente»

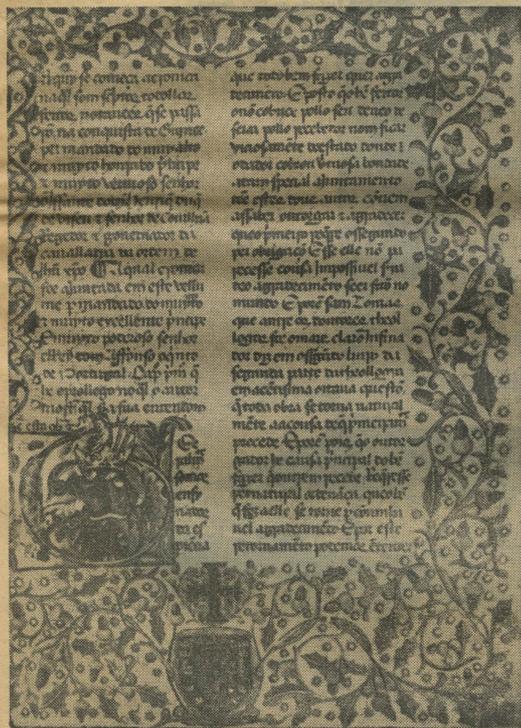
adiante do nome do pintor a quem se atribuía a portentosa obra — e não sei se alguma reserva mais à discussão da identificação do assunto, tão proficientemente esclarecida pelo senhor dr. José Saraiva, que provou não poder ser S. Vicente a figura central dos painéis maiores e lançou os primeiros fundamentos da sua identificação com o Infante Santo D. Fernando.

Creio firmemente que este ilustre investigador chegaria

(Continua na 5.ª pág.)



A nova tabela dos Painéis abandona a interpretação vicentina e deixa uma mera atribuição quanto ao pintor



A primeira página do texto da «Crónica da Guiné», tendo repetidas, em baixo e à esquerda, as armas de Portugal anteriores a 1485

## O ENTERRO DA CENTOPEIA

Não enfiara o senhor Alfredo Margarido a narrativa *A Centopeia* dumá cinta que proclama a livro «de que fazer empalidecer o Robbe-Grillet»: não trombetara a contrapá da mesma fabulação que o nome do sr. Alfredo Margarido era sem França, posto em plano superior a Alain Robbe-Grillet, um dos mestres do *nouveau roman*; não se detara, assim, a rufo de megalomânica tarbia, o bando de que um recém-nado escritor português superava um francês e nunca me aticaria a curiosidade a compará-los.

Chamado por interesses e urgências literárias muito acima, nunca eu abria *A Centopeia* nem *La Jalouse*, o livro de Alain Robbe-Grillet, escolhido, após que, folheando-o e lendo uma linha aqui, outra além, notei que a palavra *mille-pattes*, a portuguesa *centopeia*, se me depa- rava, insistente.

Da comparação, tive de concluir

Por TOMAZ DE FIGUEIREDO  
pela forma só merecida, a do humor livido, no artigo *Mille-Pattes au Portugal, ou Dois Romances da Nova Vaga*, publicado em 31 de Agosto passado, na página *Quinta-Feira à Tarde*, do «Diário Popular».

Do escritor Tomaz de Figueiredo publicamos hoje o segundo artigo a propósito do romance «A Centopeia», de Alfredo Margarido. Dada a independência e a isenção a que é subordinada no nosso jornal toda a actividade crítica, não hesitamos em inserir também neste suplemento, na secção respectiva, a apreciação do mesmo livro feita pelo nosso colaborador António Quadros.

A ética profissional que os escritores portugueses, de regra, têm querido sua e que — cimeiros ou de fracas posses — impõe seja retomado o caso: feio, feíssimo caso de plágio.

Suscita a narrativa *A Centopeia* segunda pergunta, a do seu quilate literário, a do valor que, sem relatividade, tem de atribuir-se-lhe: o da possível obra-prima prometida e realizada que seria, se o fantasma de *La Jalouse* a não assombrara, se o esquema do conflito, o cenário e sua localização não coincidissem. E' de insistir, começando, nas variações de composição, nada hábeis, nada inteligentes — e, ao menos, fossem-no — variações ingénuas de que se utilizou o sr. Alfredo Margarido. Não comporta um artigo de jornal transcrições e transcrições. Duas ou três apenas acrescerá às do meu já citado artigo, esclarecedoras do processo literário equi- (Continua na 8.ª pág.)

## QUINTA-FEIRA à tarde

N.º 247

DIÁRIO POPULAR \* DIÁRIO POPULAR \* DIÁRIO POPULAR

# CINISMO E HIPOCRISIA NA ARTE DE SOMERSET MAUGHAM

Por JOAO GASPAR SIMÕES

**M**ESTRE do conto, Somerset Maugham não atingiu no teatro nível de verdadeiro criador. Muito mais impessoal e muito mais arte, este não favoreceu, de facto, as faculdades que o autor de «Of Human Bondage» pôde livremente expor na sua profissão de con-

tista, em que ainda é maior do que na de romancista.

Posto fivesse reconhecido muito cedo que o teatro baseado na anedota — plot, dizem os ingleses — e escrito em prosa não era uma superior forma de expressão dramática, insistiu em escrever peças por assim dizer exclusivamente anedóticas e invariavelmente em prosa.

Uma coisa justifica esta atitude de Somerset Maugham. E é ele próprio quem não se confia. De facto, com a mais impetuosa satisfação, proclama que um único propósito o determinou a cultivar a arte dramática, mesmo depois de convencido de que seguia rumo pouco nobre no ponto de vista da estética teatral. Esse propósito foi um apenas: ganhar dinheiro. «Não sou tão néscio que me dêeres de indiferença perante o dinheiro que tenho ganho», escreveu no prefácio do primeiro volume das suas «Collected Plays». «Ao contrário de alguns dos meus contemporâneos, não tenho outra ferramenta para ganhar a vida além da minha pena. Infelizmente não tive a sorte de casar com uma mulher rica que me sustentasse, nem nasci filho de um pai que me pudesse proporcionar ao mesmo tempo rendimentos obtidos na exploração de qualquer indústria por ele dirigida e matéria-prima para os meus sátiras...» «O dinheiro é como que um sexto sentido, privado do qual ninguém pode fazer uso dos outros cinco. Sem um razoável pé-de-moeda, metade das possibilidades do Mundo fica reduzida a zero».

Se o cinismo de Somerset Maugham o não indulta por completo a nossos olhos das suas inferioridades de dramaturgo,

ajuda-nos, pelo menos, a compreendê-lo melhor a atracção que sobre ele veio a exercer uma arte onde estava certo de que viria a ganhar dinheiro. Nem tudo são defeitos no homem que ousa abordar a arte dramática persuadido de estar em condições de agradar ao público desde que no seu propósito não se oculta qualquer forma de hipocrisia. Felizmente, Somerset Maugham é a antítese do hipócrita. A hipocrisia nunca foi virtude literária. Creio não existir nenhum grande escritor hipócrita — hipócrita enquanto escritor, claro e-tá. Já não direi outro tanto do cinismo. O cinismo tem-se mostrado virtude literária de grandes recursos, especialmente no teatro. Não foi e

(Continua na 8.ª pág.)

## O FIM DA HORA

### O FIM DO DIA

o fim da hora, o fim do dia, o homem chora, a noite escura.

a madrugada, a solidão, abandonada a minha mão.

a ferra lua, a noite morta, e uma lua que não importa.

MÁRIO DIAS RAMOS

(Continuação da 1.ª pág.)

mais longe se não tem aceitado como boas algumas erradas noções expendidas pelo autor da interpretação Nuno Gonçalves-S. Vicente.

O actual director do Museu de Arte Antiga, porém, estudou de perto a pintura, e não pode ter deixado de averiguar muito do que tem escapado aos simples visitantes. Ele sabe mais, muito mais do que aparece nos seus recentes escritos sobre o assunto.

Comentando-se a opinião de um crítico que o verberava de não ter dito nada sobre os intrincados problemas que envolvem os painéis, ouvimos, algumas e não poucas pessoas, dizer-lhe, sorridente :

— Pois precisamente o que quis foi não dizer nada. Essa era a dificuldade.

Nesta discreta reserva em que se tem mantido, ou por um sentimento de terna fidelidade à memória do seu antigo director, ou por natural circunspeção ditada por outras causas inibitórias, o certo é que os painéis, depois de regressarem ao museu, continuaram a ostentar a antiga tabela, como que desconhecendo que em Belem lhes tinha sido retirado o nome de Nuno Gonçalves e a interpretação costumeira quanto ao assunto.

Assim passaram os meses. Finalmente, este Verão, apareceu ali nova tabela, em que se lê :

«Nuno Gonçalves (atribuído a). Provenientes de S. Vicente de Fora. Escola Portuguesa do século XV»

Não se pode dizer que se tenha caminhado depressa, neste caso.

Vinte e um anos depois de se sentir a necessidade de admitir uma honesta interrogação podemos saudar um grande passo dado — quebrou-se finalmente o tabu!

## MAIS ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A DATA DO MANUSCRITO DE PARIS

**C**HEGARAM-ME, pelo correio e pelo telefone, pedidos de esclarecimentos a dúvidas não resolvidas no último destes artigos, ou melhor, sugeridas pela sua leitura.

De boa-mente reconheço que alguma coisa ficou no tinteiro por dizer — para não me alongar demasiado.

Uma dessas dúvidas, formulada por distinto paleógrafo, era se eu julgava que o manuscrito da Crónica da Guiné tivesse sido copiado pelo citado João Marco Ci-

# O PROBLEMA NACIONAL DOS PAINÉIS

nico, «scriptor» da corte de Nápoles desde 1467.

Posso responder claramente que esse «librer e scritore» interveio no caso do manuscrito que nos interessa apenas como agente na compra de um lote de livros, provavelmente de diversas mãos e de méritos díspares, — dada a diferença dos preços, desde 1 a 28 ducados.

A citada cédula do pagamento diz, depois de referir a quantia de 178 ducados: «quali li sonno comandati donare per lo preczo de li infrascripti libri da ipso comperati a li infrascripti preczi»...

Os livros foram pois, «pelo mesmo comprados pelos preços seguintes...»

Demais o manuscrito de Paris é do nosso gótico característico, e o copista italiano usava já de um perfeito itálico.

Também não tive ocasião de frisar que 1491, data da entrada do volume para a Biblioteca de Nápoles, não significa que o manuscrito tivesse sido copiado nesse ano, nem mesmo no imediatamente anteriores.

As armas do Reino, repetidas na cercadura da 1.ª página da «Crónica», em baixo e à esquerda, não permitem concluir senão que a feitura do livro é anterior à reforma heráldica de 1485.

É de presumir que tal lote de livros tivesse pertencido a alguém especialmente interessado por navegações e descobertas marítimas, pois à cabeça do rol vemos a «Ciência dos portos», pelo elevado do preço de 22 moedas de ouro, e uma Geografia, com suas tábuas pintadas, estimada em 12 ducados.

Quem quiser aprofundar mais este assunto pode, no copioso trabalho do cav. de Marinis, seguir a pista de alguns desses volumes, ou na Biblioteca Nacional de Paris, aonde foram parar, por diversas vias, muitas das espécies raras da colecção dos reis de Nápoles, (que chegou a contar mais de 2500 manuscritos) ou ainda em Londres, Viena, Estocolmo e Escorial, onde se encontram também algumas.

Para o que interessa à história da nossa pintura, basta-me por agora acabar de vez com a falsa ideia de que o precioso manuscrito com o indubitável retrato do Infante D. Henrique — ponto de partida para toda a identificação — é efectivamente obra do século XV, anterior a 1485, como sempre foi considerada até aos nossos dias.

Creio que só em data recente um professor de Coimbra, o senhor dr. Pimpão, em sucessivos ensaios críticos, não desprovidos aliás de observações pertinentes, veio criar uma certa confusão nos espíritos, concluindo erradamente :

«Uma coisa, porém, se pode estabelecer com segurança: é que o manuscrito visto por Frei Luís de Sousa em Valência não é o manuscrito da Crónica da Guiné existente em Paris, embora o visconde de Santarém diga precisamente o contrário».

E nas suas conclusões, a que chamou «teses», aventa a hipótese de que o manuscrito tivesse sido viado em época tardia, «por esse Tomé Lopes, de detestável memória» ou outros escribas do começo do século XVI, ao serviço de D. Manuel.

Ficou provada a inandade destas pretensões. Mas estes e outros erros semearam a confusão nos espíritos. Assim, vemos alguns dos nossos académicos de Belas-Artes despistarem-se nas suas congeminâncias sobre o retrato do Infante, ou persistirem em afirmações «ex cathedra» totalmente carecidas de base séria, verificável.

Refiro-me especialmente a dois livros recentes, ambos sobre iconografia Henriquina, um publicado pelo autor, especialista da história da gravura em Portugal, o sr. Ernesto Soares; o outro, publicado pela Comissão Executiva do V Centenário da morte do Infante, o novel prof. de Coimbra, senhor Luís Reis Santos.

O primeiro debate-se esforçadamente no confusivo-nismo das erradas premissas acima apontadas; o outro, recém-converso à identificação de José de Figueiredo por um papel falso que se juntou a um verdadeiro — e cujo contexto, afinal, nada prova pois o falsário conhecia mal os painéis e os seus dizeres não «jogam» com a realidade da pintura — pretende datar os painéis dos anos em que os arcebispos de Lisboa, D. Jorge ou D. Martinho da Costa fizeram obras na capela de S. Vicente da Sé, mandando pôr as suas armas e as do reino em obras de talha com que se emoldurou de novo o antigo retábulo. Isto conclui dos testemunhos conhecidos e não se pode concluir de outra maneira, tendo em consideração a referência que Francisco de Holanda faz, meio século depois, à pintura, que lhe parece de tempo mui bárbaro e atribui

a Nuno Gonçalves, o qual «quis imitar os pintores italianos» do Renascimento quattrocentista.

E, supondo também erradamente que a Crónica da Guiné, da Paris «é já dos temposmanuelinos», conclui que, sendo a miniatura com o retrato do Infante posterior à morte deste — o que estará certo — o retrato dos painéis será também póstumo — conclusão forçada, a que falta toda a lógica, pois é evidente que a miniatura copiou o retrato dos painéis, e não foi pela miniatura que se fez o retrato.

Este salto acrobático fora de razão procura explicar-se por uma afirmação gratuita. «Efectivamente os dois retratos, o dos painéis e o da

Crónica, derivam do mesmo protótipo, cujo paradeiro se desconhece e que talvez se tivesse perdido num dos paços reais, por ocasião do terremoto de 1755».

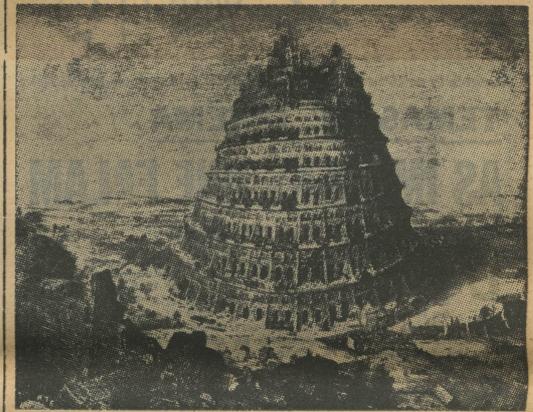
O terramoto dá para tudo! Para fazer desaparecer um protótipo que nada indica tivesse existido, e para restituir aos «vicentistas» os painéis da Sé, que se sabe arde-ram naquele incêndio.

E, para sugestivamente, sem o menor recato de dúvida, que ambos os retratos derivam de outro, do inexistente, — algumas linhas adiante qualificado apenas de presumível.

Presunções... e água benta...

Nisto parece cifrar-se a «revolução» anunciada, antes do aparecimento do livro.

JOSÉ DE BRAGANÇA



A construção da Torre de Babel — Valkenborch (Pinacoteca de Berlim)

## AUMENTAM OS ESTUDANTES DECRESCE O ESPÍRITO CIENTÍFICO

Por ROGERIO JÚDICE LEOTE CAVACO

**A** propensão étnica que manifestamos para a crítica e o pequeno somatório de conhecimentos práticos adquiridos pela maioria da juventude académica, que a mais perfunctória observação confirma, em contraste com o aumento sempre crescente de inscrições nos liceus e escolas, determinam, como consequência fatal e aparentemente lógica, a atribuição do malogro aos que ensinam. Este conceito, porém, não corresponde totalmente à realidade dos factos.

Analisemos este caso de aparente patologia social, a sua provável etiologia e seja-nos lícito apontar algumas sugestões para debelar esta enfermidade que, qual moléstia endémica, parece constituir uma característica específica da juventude hodierna. A maioria dos professores tem, presentemente, uma boa preparação. Entre os antigos, porventura em menor número, possuem-na aqueles a quem a senectus não conseguiu diminuir o entusiasmo pelo estudo; entre os modernos, constituindo parcela maior, os que têm saído da Universidade, nestas últimas décadas, já pelo desenvolvimento que todas as ciências e estudos linguísticos alcançaram, já por influência do alto nível cultural atingido por alguns professores universitários.

Dentre estes (referimo-nos à Faculdade de Letras) ocupa posição primaz o sábio catedrático, professor doutor Rebelo Gonçalves.

um dos espíritos mais cintilantes da nova geração, cuja nomeada é bem conhecida.

Dotado dum memória prodigiosa, posta ao serviço dum inteligência lúcida e solerte, espírito curioso e investigador incansável, o professor Rebelo Gonçalves reúne as características do sábio, tipo raro nessa época de materialismo social, em que descaibou a nossa sociedade, após a tremenda hecatombe de duas guerras.

Reatando o nosso pensamento, como justificar aquela suposta anomalia? Por um lado, verifica-se a existência de professores mais ou menos sabedores, em todas as Faculdades ou Liceus; por outro lado, poucos alunos conseguem utilizar os seus conhecimentos, concretizando-os numa aplicação objectiva à prática da vida.

O problema merece ser analisado sob vários aspectos, alguns dos quais, dada a acuidade de que se revestem, bem justificam o interesse que lhes tributamos.

Quem se propuser estudar os jovens académicos nas suas reacções psíquicas perante o estudo notará logo uma confrangedora ausência de espírito científico, um desinteresse pela ciência, um desenfreado desejo utilitarista de estudar, só para passar, para obter um diploma, com sacrifício da memória, da inteligência e, não raro, até da saúde. Isto nos parece ser um pouco a inevitável consequência do baixo nível de vida do nosso país, exacerbado pela enorme crise que o Mundo atravessa, obrigando cada um, no seio da família, a ouvir com insistência proclamar a presente necessidade dum colocação e nunca a de se preparar bem, para triunfar na vida, sem nepotismos, entregue ao seu valor pessoal.

Em próximo artigo veremos que esta acção nefasta não se circunscreve ao ambiente familiar, mas também é um corolário dos programas do ensino liceal e universitário.

PARA ANÚNCIOS  
**Urgentes**  
UTILIZE O SERVIÇO TELEFONADO DO  
**DIÁRIO POPULAR**